



AGÊNCIA GOV

Operação Monte Sinai cumpre nove mandados de busca

PF investiga desvio de recursos públicos no Maranhão

A Polícia Federal deflagrou a Operação Monte Sinai, que apura a atuação de organização criminosas suspeita de envolvimento em fraudes licitatórias, desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro, ocultação de ativos e crimes contra a ordem tributária no Maranhão. A investigação, iniciada pela PF, contou com o apoio da Receita Federal do Brasil e da Controladoria-Geral da União, por meio de análises realizadas pelas instituições. Ação cumpre nove mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal, sendo três em São Luís e seis em municípios do interior do estado. Também foram autorizados o bloqueio e o sequestro de bens e valores, além da proibição de que empresas investigadas participem de licitações ou mantenham contratos com órgãos públicos.

CDH cria comissão para apurar denúncias

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou a criação de uma comissão temporária externa, com duração de 120 dias, para apurar denúncias de negligência, superlotação e aumento de mortes no Hospital da Criança Odorico Amaral de Matos, em São Luís. O requerimento é do senador Weverton, que também apontou relatos de demora no atendimento e falta de especialistas. Segundo o senador, documentos encaminhados a órgãos de fiscalização indicam que o hospital teria registrado 113 mortes em 2025.

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



requerimento é do senador Weverton (PDT-MA)

Embrapa Maranhão participa de Feira

A Embrapa Maranhão participa da 4ª Feira Maranhense da Agricultura Familiar (FEMAF), realizada na Lagoa da Jansen, em São Luís. O evento reúne produtores, instituições e público em geral. Os Sistemas Agroflorestais combinam atividades agrícolas, pecuárias ou florestais na mesma área. A Roça Sustentável é um conjunto de tecnologias voltado ao manejo do solo e adubação para o cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão. A 4ª FEMAF é realizada pelo Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar.

Rede amplia encaminhamento de denúncias

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) criou uma rede com oito instituições para receber e encaminhar denúncias de violência política de gênero. A estrutura reúne órgãos públicos e entidades e terá coordenação da Ouvidoria da Mulher do TRE-PE. Também estão previstas ações de orientação sobre direitos políticos e prevenção de casos. As informações serão direcionadas conforme o caso.

Ivestigação

A Polícia Federal, o Ministério Público da Paraíba e a Receita Federal cumpriram 17 mandados de busca e apreensão em 5 estados. A ação investiga um grupo suspeito de lavagem de dinheiro com apostas esportivas e jogos de azar. Em Aracaju, houve cumprimento de uma ordem. A Justiça também autorizou o bloqueio de bens.

Mutirão

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco marcou presença em um novo Mutirão PopRuaJud-PE. Na ação, realizada no Pátio do Carmo, área central do Recife, a OAB-PE foi representada pela diretora de Comunicação, Luana Guarino. Coordenado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, o mutirão reúne várias instituições.

Ação da polícia

A Polícia Federal realizou uma ação contra um grupo investigado por evasão de divisas e lavagem de dinheiro ligados a apostas esportivas. Em Sergipe, foram cumpridas medidas da Operação Arena, que teve 17 mandados em 5 estados. A Justiça também autorizou a apreensão de bens e valores de até R\$ 1,1 bilhão.

Formação

A Defensoria Pública do Piauí abriu seleção para fiscais que vão atuar no III Teste Seletivo de Estagiários de Pós-Graduação. Os interessados devem seguir as regras definidas pela instituição para participar da equipe responsável pelo acompanhamento das provas. A medida integra a organização do processo destinado à formação de estagiários.

Cadastro

Estudantes de graduação presencial da Universidade Federal do Ceará (UFC) podem fazer, até 20 de agosto, o Cadastro Socioeconômico para solicitar isenção parcial ou total da taxa do Restaurante Universitário (RU). O procedimento é feito pelo Sigaa, com envio dos documentos exigidos. A medida atende alunos em vulnerabilidade.

Atendimento

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) realizou, nesta semana, atendimentos gratuitos para moradores de 7 aldeias indígenas de Marcação, no Litoral Norte. A ação ocorreu na Orla de Deda e ofereceu orientação sobre pensão, guarda, registros civis, inventário, adoção, direitos humanos e outros temas.



A iniciativa também busca fortalecer uma rede intermunicipal

Escolas da Paraíba podem aderir ao Selo Gertrudes Maria

Prazo para escolas e Secretarias de Educação segue até 30 setembro

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) prorrogou até 30 de setembro de 2026 as inscrições para o Selo Intermunicipal Antirracista Gertrudes Maria. A iniciativa é destinada a escolas e Secretarias Municipais de Educação da Paraíba e busca reconhecer ações, políticas públicas e práticas educativas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial. A adesão é voluntária e também contempla escolas privadas dos municípios participantes.

O Selo é promovido pelo Núcleo Especial de Proteção à Infância e Juventude (Nepij), pela Coordenadoria de Combate ao Racismo e pela Escola Superior da DPE-PB. A iniciativa também pretende fortalecer uma rede intermunicipal de proteção e promoção dos direitos humanos, com atenção à aplicação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas.

As inscrições são feitas exclusivamente pela internet, por formulário disponível no site oficial da DPE-PB. Para participar, é necessário enviar o formulário preenchido, relatório descritivo das ações realizadas e suas comprova-

ções, documentação institucional e indicação de representante para contato com a Comissão Julgadora.

A avaliação terá 5 eixos e total de 100 pontos. Serão analisados currículos e propostas político-pedagógicas; gestão escolar; formação docente e de trabalhadores da educação; formação discente e comunidade escolar; e métodos de intervenção contra práticas racistas e recursos didáticos. O reconhecimento será dividido em 3 categorias: Selo Ouro, para instituições com 80 pontos ou mais; Selo Prata, de 65 a 79; e Selo Bronze, de 50 a 64 pontos.

A certificação terá validade de 2 anos e poderá ser renovada mediante nova avaliação. O resultado preliminar será divulgado até 6 de novembro de 2026. O prazo para recursos termina em 13 de novembro, e o resultado final será publicado até 27 de novembro. As instituições devem acompanhar as atualizações nos canais oficiais da Defensoria Pública da Paraíba. A participação já depende da adesão das instituições e do envio da documentação exigida. A Defensoria orienta os interessados a consultar o regulamento e acompanhar as publicações oficiais do programa.